

TURISMO DE NATUREZA
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

**RESERVA NATURAL DO SAPAL DE CASTRO MARIM E VILA
REAL DE SANTO ANTÓNIO**



2000 - 2006



INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Nota introdutória

O presente Enquadramento Estratégico visa enquadrar as principais potencialidades para o desenvolvimento do turismo de natureza nesta Área Protegida (AP) em cumprimento do artº 5º da Portaria Nº 1214-B/2000 de 27 de Dezembro (SIVETUR), tendo sido aprovado pela Comissão Paritária no dia 7 de Setembro de 2001.

Salienta-se que todos os projectos que incluam actividades e instalações turísticas nesta AP devem ser sujeitos ao cumprimento da legislação em vigor e particularmente do disposto nos diplomas que estabelecem e regulamentam o Turismo de Natureza – Decreto Lei Nº 47/99 de 16 de Fevereiro, Decreto Regulamentar Nº 2/99 de 17 de Fevereiro e Decreto Regulamentar Nº 18/99 de 27 de Agosto.

I – Enquadramento legal

1.1. Classificação da AP

A Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, adiante designada por RNSCMVRSA, foi a primeira Reserva Natural a ser criada em Portugal, através do Decreto n.º 162/75 de 27 de Março, com os objectivos de assegurar a conservação dos sistemas naturais e das espécies de flora e de fauna, promover e divulgar os valores naturais, socio-económicos e paisagísticos, e promover o desenvolvimento sustentável da área.

A área da Reserva Natural encontra-se actualmente abrangida por diversas figuras de ordenamento, nomeadamente o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT-Algarve), os Planos Directores Municipais (PDM) de Castro Marim e V. Real de Stº António, e a portaria que regulamenta o funcionamento da Reserva Natural (Portaria nº 337/78, de 24 de Junho). As entidades com competência na área são as Câmaras Municipais, a Comissão de Coordenação da Região Algarve e a Direcção Regional do Ambiente do Algarve, o Instituto da Conservação da Natureza, a Direcção Regional de Agricultura do Algarve, a Direcção Geral de Florestas e o Instituto Marítimo Portuário.

1.2. Estatutos de protecção

Para além do estatuto de Reserva Natural, criada pelo Decreto n.º 162/75 de 27 de Março e regulamentada pela Portaria nº 337/78 de 24 de Junho (rectificada pelas Portarias nº 647/78 de 11 de Julho e nº 490/90 de 30 de Junho), foram atribuídos a esta área diversos estatutos de conservação internacionais em virtude da importância dos seus valores naturais.

A nível comunitário, a área foi designada Zona de Protecção Especial ao abrigo da Directiva Aves (código PTZPE0018; Decreto-Lei nº 384-B/99, de 23 de Setembro) e está incluída na Lista Nacional de Sítios ao abrigo da Directiva Habitats (Ria Formosa/Castro Marim, código PTCON0013; Resolução de Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto).

No âmbito dos compromissos assumidos pelo Estado Português perante a Convenção sobre Zonas Húmidas (Ramsar 1971) foi designada como Zona Húmida de Importância Internacional em 1996.

Para além destes estatutos de protecção legais, esta área foi também designada na lista de Áreas Importantes para as Aves (Heath & Evans 2000) e foi incluída na Rede de Biótopos CORINE (SNPRCN 1992).

II – CARACTERIZAÇÃO DA RESERVA NATURAL DO SAPAL DE CASTRO MARIM E VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

1. Caracterização geográfica e biofísica

1.1. Localização e limites

A RNSCMVRSA localiza-se no Sotavento Algarvio (37°12'N, 07°26'W), perto da foz do Rio Guadiana, e ocupa uma área aproximada de 2.000 ha dentro dos concelhos de Castro Marim e de Vila Real de Santo António. É limitada a Este pelo Rio Guadiana, a Sul pela linha de caminho de ferro, pela Estrada Nacional 125 e por Vila Real de Santo António, a Oeste pelas Estradas Nacionais 125-6 e 122 e a Norte pelo caminho vicinal de acesso à sede da Reserva e ao Posto Fiscal da Rocha.

1.2. Características físicas

Clima

O clima da região onde se situa a RNSCMVRSA é do tipo mediterrânico, caracterizado por uma estação seca e quente que coincide com o Verão. Pode ser classificado como semi-árido segundo o índice bioclimático de Emberger.

Os valores adiante indicados, respeitantes a medições efectuadas pelo Instituto de Meteorologia, foram recolhidos na estação meteorológica de Vila Real de Santo António (37°11' N 07°25' W; altitude: 7m), entre os anos de 1961 e 1990 (Instituto de Meteorologia).

Temperatura	A temperatura média anual do ar é de 17,2°C, sendo a média das mínimas do mês mais frio (Janeiro) de 6,1°C e a média das máximas do mês mais quente (Agosto) de 30,4°C.
Precipitação	A RNSCMVRSA situa-se numa das faixas menos pluviosas de Portugal. A precipitação média anual é inferior a 500 mm (492,3 mm), concentrada sobretudo entre os meses de Outubro a Abril.
Insolação	A insolação é máxima em Julho (354 horas de sol descoberto) e mínima em Dezembro e Janeiro. A insolação média anual é da ordem das 2800 horas.
Humidade	A humidade relativa do ar é condicionada pela temperatura e pela natureza das massas de ar no local. A humidade relativa média anual (medida às 9 horas) é de 71%.
Vento	Os ventos dominantes variam consoante a estação. No Inverno predomina o vento Norte, que passa pelas terras baixas do vale do Guadiana e exerce a sua influência aproximadamente até Faro. Durante a Primavera, Verão e princípio do Outono predominam os ventos de Sudoeste estando estes muito associados às temperaturas bastante elevadas que se fazem sentir nesta região durante o Verão. O mês

mais ventoso é Janeiro, e as velocidades médias anuais variam entre os 6,1 Km/h e os 9,4 Km/h.

Hidrologia e regimes hídricos

A maior parte da área da RNSCMVRSa faz parte do estuário do Rio Guadiana, sofrendo por isso uma forte influência do regime de marés. Cerca de 26% dos terrenos são inundados na preia-mar de uma forma periódica, segundo um ciclo diário e lunar. A área inundada pelas marés abrange essencialmente as zonas de sapal que envolvem o Rio Guadiana e os dois principais esteiros, o da Lezíria e o da Carrasqueira. Estes subdividem-se em pequenos esteiros, permitindo que uma rede de drenagem natural cubra todo o sapal. Alguns locais da Reserva, naturalmente inundáveis pela maré, não o são devido à influência humana. É o caso das salinas, construídas na maioria em zonas originariamente de sapal, nas quais a entrada de água é controlada pelo Homem, e de uma larga faixa junto ao Rio Guadiana, a norte da entrada do esteiro da Lezíria, na qual foi construído um dique para impedir a entrada da maré e possibilitar a agricultura (que actualmente já não se pratica).

Geologia e geomorfologia

Os terrenos da RNSCMVRSa apresentam uma geologia complexa, encontrando-se depósitos pertencentes à zona Sul-Portuguesa do Maciço Hespérico e depósitos correspondentes à bordadura meridional de Portugal. Destes últimos assumem particular importância os depósitos modernos (pós-miocénicos), essencialmente pelíticos (vasas sobretudo), de génese principalmente fluvial e que constituem a planície aluvial, sujeita a inundações.

A maioria da área da Reserva é plana de baixa altitude, existindo no entanto algumas colinas (quase todas isoladas) cuja cota mais alta é de 42m (Castelo de Castro Marim). A planície aluvial é sulcada por esteiros, sendo os principais o da Lezíria e o da Carrasqueira.

Solos

Os solos da Reserva são, na maioria, salino-sódicos (halomórficos). Estes solos têm origem na deposição de materiais aluvionares depositados na bacia de sedimentação do Rio Guadiana.

Na contiguidade da zona aluvionar predominam os solos de xistos e grauvaques e os solos calcários.

Relativamente à aptidão dos solos para a agricultura, a grande maioria dos solos têm uma fraca ou média aptidão (sub-classes Ce, Cs, De, Ds, Ee, Eh e Es). Os solos de elevada aptidão agrícola localizam-se entre os esteiros da Lezíria e Carrasqueira, a oeste da vila de Castro Marim.

2. Caracterização ecológica

2.1. Unidades Ecológicas

Dentro da área de estudo podemos definir quatro unidades ecológicas distintas: Zonas húmidas, Áreas florestais, Matos e Zonas agrícolas.

2.1.1 Zonas húmidas:

Esta unidade ecológica é dominante na RNSCMVRSA e abrange a zona de sapal (primário ou secundarizado), as salinas, o Rio Guadiana e os seus esteiros e as lagoas de água doce ou salobra, de carácter temporário, naturais e artificiais. Ocupa cerca de 1385 ha (o que corresponde a 66%) da área total da Reserva.

Sapal: O Sapal caracteriza-se pela sua vegetação halófitica, sujeita a condições extremas de salinidade e encharcamento periódico pela água das marés. Os sapais têm um elevado valor natural, sendo dos biótopos de maior produtividade que actualmente se conhece. Encontram-se tipicamente juntos aos estuários dos grandes rios, e albergam uma fauna e flora características e diversas.

Inicialmente muito mais extensas, as zonas de sapal ocupam actualmente apenas uma pequena área da Reserva. Grande parte destas foram convertidas em salinas e em terrenos de cultura de cereais. A distribuição actual restringe-se às margens do Rio Guadiana, dos esteiros principais (Lezíria e Carrasqueira) e dos pequenos esteiros em que estes se subdividem, por uma área de 365 ha (26% da Zona Húmida).

Sapal secundarizado: os sapais secundarizados eram sapais típicos que deixaram de sofrer a influência da maré devido à construção de diques de protecção junto ao Rio Guadiana, para impedir a entrada das águas salgadas, tornando assim possível o cultivo dos cereais. Com o ruir das políticas cerealíferas a maioria destes terrenos foi utilizada para pastagem para o gado, sendo a carga animal relativamente baixa. Os sapais drenados pelo Homem são mais pobres em biodiversidade, e o seu interesse para a conservação da natureza é muito reduzido.

Na Reserva, o sapal secundarizado ocupa uma área de cerca de 268 ha e distribui-se principalmente ao longo do Rio Guadiana, numa faixa que vai desde o Posto Fiscal da Rocha até às salinas do Cepo-Velho, com excepção da área situada no Sapal de Venta Moinhos, entre o Centro de Interpretação da Reserva e o Rio Guadiana, que foi objecto de uma intervenção de regeneração do sapal, levada a cabo pela RNSCMVRSA em 1999.

Salinas: as Salinas de Castro Marim são uma componente de extrema importância dentro da Reserva, e ocupam uma área de 583 ha. Existem diferentes tipos de exploração do sal nesta região: a artesanal, a semi-industrial e a industrial.

As salinas artesanais localizam-se junto à Vila de Castro Marim e na zona Este da Reserva, encontrando-se actualmente uma grande parte abandonadas. As salinas semi-industrializadas localizam-se no sapal de Hortas d'el Rei e junto a Castro Marim. As salinas industriais localizam-se na zona Oeste da Reserva.

Rio Guadiana e Esteiros: a RNSCMVRSA abrange as margens do Rio Guadiana, assim como os seus esteiros. Estes encontram-se a descoberto na baixa-mar, expondo uma faixa de vasas e de outros sedimentos relativamente extensa. Estas margens são particularmente importantes como zona de alimentação de aves. No total, esta unidade ocupa uma área de 186 ha.

Ribeiras e lagoas temporárias de água doce ou salobra: a principal linha de água dentro dos limites da RNSCMVRSA é a Ribeira do Rio Seco, que comunica com o esteiro da Lezíria junto do limite Noroeste da Reserva. No Inverno surgem, em diversos pontos, lagoas de pequena dimensão e de carácter temporário, alimentadas apenas pela pluviosidade. Devido à elevada salinidade do solo, a maioria destas lagoas temporárias apresenta água salobra e não doce.

Existem ainda duas lagoas de maiores dimensões, construídas artificialmente quando das obras de Regeneração do Sapal de Venta Moinhos, realizadas pela RNSCMVRSA.

No conjunto, as ribeiras, as lagoas temporárias e as lagoas recentemente construídas artificialmente perfazem uma área de 22 ha.

2.1.2. Áreas Florestais

As áreas florestais ocupam apenas uma pequena área da Reserva -31 ha-, o que corresponde aproximadamente a 1,5 % do total, e localizam-se na extremidade sudoeste. São constituídas por montados de sobro (*Quercus suber*) ou povoamentos de pinheiro (*Pinus pinaster* e *Pinus pinea*), com subcoberto pouco desenvolvido.

2.1.3. Matos

Os matos povoam essencialmente as colinas localizadas entre os postos fiscais da Rocha e do Seixo e junto à Vila de Castro Marim. A área total ocupada por esta unidade é de apenas 5 ha.

2.1.4. Zonas Agrícolas

As áreas agrícolas ocupam uma parcela relativamente grande da Reserva (668 ha; 32% do total), e compreendem tanto culturas de sequeiro de trigo, cevada e aveia como plantações diversas. O cultivo dos cereais foi outrora muito mais extenso, mas a fraca rentabilidade (essencialmente por se localizarem em terrenos demasiado salinos) levou ao abandono da maioria das plantações. Já as plantações de árvores são muito mais extensas, surgindo oliveiras, amendoeiras, alfarrobeiras e figueiras nas encostas mais secas e laranjeiras, pessegueiros, ameixeiras e outras árvores de fruto nos terrenos de melhor qualidade e de maior abundância de água. A vinha ocupa também uma parcela relativamente grande da área.

2.2. Flora

Na área da Reserva encontram-se registadas 462 espécies de plantas, das quais se destacam pelo seu estatuto de conservação as espécies *Picris algarbiensis* (endemismo lusitânico considerado “vulnerável”), *Limonium diffusum* (espécie “ameaçada”) e *Beta macrocarpa* (espécie também “vulnerável”). Na Directiva *Habitats* estão incluídas 3 espécies que aqui ocorrem: *Melilotus fallax*, no anexo II, o briófito *Riella helicophylla*, também no anexo II (Castro Marim é a única localidade conhecida em Portugal onde ocorre) e *Picris willkommii*, no anexo IV (endemismo ibérico presente apenas nas colinas junto à foz do Guadiana).

No Sapal as espécies mais comuns são *Spartina maritima*, *Arthrocnemum perenne*, *Atriplex portulacoides*, *Spartina versicolor*, *Arthrocnemum glaucum* e *Suaeda vera*.

Nos Sapais secundarizados o elenco florístico apresenta algumas semelhanças com o do sapal, diferindo principalmente nas espécies dominantes e na densidade de vegetação. Nestes, a espécies mais comuns são *Frankenia laevis*, *Lolium rigidum*, *Centaureum tenuiflorum tenuiflorum*, *Spergularia salina* e *Mendicago nigra*, espécies que são, na sua maioria, típicas de meios mais secos.

Nas Áreas Florestais encontram-se montados de sobre *Quercus suber* ou povoamentos mistos de sobre e pinheiro-bravo *Pinus pinaster* ou Pinheiro-manso *Pinus pinea* com subcoberto pouco desenvolvido. As espécies dominantes do subcoberto são *Genista hirsuta*, *Ulex parviflorus parviflorus*, *Lavandula luisieri* e *Cistus crispus*.

A vegetação característica dos matos é constituída sobretudo por espécies anuais, vivazes ou xerofíticas, adaptadas a condições edáficas e climáticas hostis. As espécies mais comuns são *Cistus monspeliensis* e *Genista hirsuta*.

2.3. Fauna

Invertebrados

A maioria dos estudos efectuados na RNSCMVRSa sobre a fauna de invertebrados debruçam-se essencialmente sobre as espécies aquáticas.

Da fauna aquática podem destacar-se as espécies de valor comercial, como os crustáceos *Penaeus kerathurus* e *Artemia franciscana*. Esta última espécie está intimamente relacionada com as salinas, sendo uma das únicas espécies de invertebrados que tolera salinidades muito elevadas. Da fauna das zonas intertidais destacam-se, pela sua abundância, *Nereis diversicolor* e *Hydrobia ulvae*.

Nas lagoas temporárias que se formam nos meses de inverno foram ainda encontradas espécies de elevado interesse, como *Branchipus schafferi*, que, a nível nacional, apenas foi encontrada nestas lagoas, e *Tanymastix stagnatilis*, que apenas surge em mais um local em Portugal. O facto de ocorrerem nestas lagoas temporárias de água salobra, espécies típicas de meios dulciaquícolas, eleva o valor conservacionista destes biótopos.

Peixes

Estão referenciadas para a área 31 espécies de peixes, a maioria associadas aos meios marinhos e estuarinos.

Os esteiros da Lezíria e da Carrasqueira e as zonas de sapal são de elevada importância para a reprodução de algumas espécies de elevado valor económico, como a Dourada (*Sparus aurata*), o Robalo (*Dicentrarchus labrax*) e o Sargo (*Diplodus sargus*). Todas estas espécies, assim como mais 4 das espécies que aqui ocorrem, são consideradas “comercialmente ameaçadas”. A espécie *Rutilus alburnoides* é a única que está incluída no anexo II da Directiva Habitats.

Anfíbios e Répteis

Embora estes grupos estejam insuficientemente estudados na área da Reserva, destacam-se de entre os anfíbios o Sapo-parteiro-ibérico (*Alytes cisternasii*) e o Tritão-de-ventre-laranja (*Triturus boscai*) por serem endemismos ibéricos e, de entre os répteis a Osga-turca (*Hemidactylus turcicus*), o Camaleão (*Chamaeleo chamaeleon*), ameaçado de extinção, e o Cágado (*Mauremys leprosa*), incluído no anexo II da Directiva Habitats.

Aves

Ocorrem regularmente na área da RNSCMVRSa 169 espécies de aves, na sua maioria aves aquáticas invernantes e migradoras. Existem ainda registos de mais 17 espécies que ocorreram de forma ocasional

A zona húmida é assim a unidade ecológica onde ocorre um maior número de espécies, predominando as espécies de limícolas (*Charadrii*), os patos (*Anatidae*) e os galeirões. Esta unidade ecológica assume uma importância especial durante as

migrações pós-nupciais (meses de Agosto e Setembro fundamentalmente), quando a diversidade e abundância de espécies de aves aquáticas são maiores. No Inverno, esta zona húmida alberga uma proporção elevada de algumas espécies que invernam no nosso país, nomeadamente de Cagarraz (*Podiceps nigricollis*), Tadorna (*Tadorna tadorna*), Galeirão-comum (*Fulica atra*) e Pilrito-pequeno (*Calidris minuta*). Destacam-se ainda, devido à sua abundância, os flamingos (*Phoenicopterus ruber*) e os colhereiros (*Platalea leucorodia*), que ocorrem durante todo o ano, atingindo maiores densidades no período pós-reprodutor. As salinas albergam também importantes populações reprodutoras de Pernalonga (*Himantopus himantopus*), Alfaiates (*Recurvirostra avosetta*) e Andorinha-do-mar-anã (*Sterna albifrons*). Nas zonas de sapal degradado junto ao Rio Guadiana ocorre ainda a Calhandrinha-das-marismas (*Calandrella rufescens*), população única no país. Nas áreas mais secas nidificam o Sisão (*Tetrax tetrax*) e a Calhandra-real (*Melanocorypha calandra*). Para além destas, reproduzem-se na Reserva mais 65 espécies de aves.

Relativamente aos estatutos de conservação, das espécies que ocorrem na RNSCMVRSA, 15 são consideradas “raras” a nível nacional — destacando-se, pela sua abundância na área o Flamingo-comum (*Phoenicopterus ruber*), a Tadorna (*Tadorna tadorna*), o Combatente (*Philomachus pugnax*), a Narceja (*Gallinago gallinago*), o Garajau-grande (*Sterna caspia*) e a Toutinegra-tomilheira (*Sylvia conspicillata*) — e 12 têm o estatuto de “vulnerável” — destacando-se a Cegonha-branca (*Ciconia ciconia*), o Colhereiro (*Platalea leucorodia*), a Águia-sapeira (*Circus aeruginosus*), a Perdiz-do-mar (*Glareola pratincola*), o Alfaiate (*Recurvirostra avosetta*) e a Andorinha do-mar-anã (*Sterna albifrons*).

Mamíferos

Estão referenciadas para a área 16 espécies de Mamíferos, destacando-se a presença da Lontra (*Lutra lutra*), espécie considerada “insuficientemente conhecida” e incluída no Anexo II da Directiva Habitats.

3. Caracterização sócio-económica

3.1. Aspectos Demográficos

Na área da RNSCMVRSA residem cerca de 710 famílias, um número registado em 1991 e muito menor do que o registado em 1981. Entre estas datas ocorreu um decréscimo na ordem dos 46% no número de famílias que aqui habitam, e de 50% no número de habitantes. Também o número de edifícios e de alojamentos diminuiu.

3.2. Principais Actividades Económicas

A economia local esteve desde sempre muito ligada ao comércio, à exploração de sal e à agricultura. Desde o início da Idade do Ferro que Castro Marim se assume como porto comercial, assegurando o controle das trocas comerciais entre o litoral algarvio, as áreas mineiras do Baixo Alentejo e a Andaluzia. Durante muitos séculos Castro Marim teve um importante papel de defesa do território, sendo alvo frequente de ataques por parte de Castela e do Norte de África. Em finais do século XVI Castro Marim tornou-se um importante porto comercial, o que se deveu à sua excelente localização na foz de um grande rio. Na altura, o Guadiana era largo e profundo e navegavam aqui embarcações de grande calado. No entanto, o progressivo assoreamento do Rio e o fim das guerras com Castela retiraram importância comercial e militar a esta vila. O declínio comercial acentuou-se definitivamente quando o Marquês de Pombal mandou edificar Vila Real de Santo António, em 1774. Castro Marim centralizou então a sua economia na salicultura e na agricultura. Outras

actividades, como o fabrico de telhas e tijolos a partir das argilas do sapal e a exploração dos calcários foram também, noutros tempos, importantes para a economia local.

Salicultura

A salicultura é uma das actividades mais antigas da região, e ainda é, actualmente, uma das mais importantes para a economia local. A RNSCMVRSA engloba a totalidade da área de salinas (583 ha). As mais antigas são as salinas artesanais localizadas junto à Vila de Castro Marim e na zona Este da Reserva. Uma grande parte das salinas artesanais encontra-se actualmente abandonada, o que se deve essencialmente ao elevado custo de mão-de-obra. . Nos anos 70 começaram a surgir os grandes complexos de salinas industriais e semi-industriais, com uma rentabilidade muito superior às artesanais, existindo duas explorações deste tipo no interior da Reserva. A qualidade do sal produzido nas salinas tradicionais é, no entanto, muito elevada, encontrando-se o sal artesanal já certificado, na sequência de um projecto de revitalização da salicultura artesanal, iniciado pela RNSCMVRSA em conjunto com os produtores de sal.

Agricultura

Cerca de 32 % da área da Reserva é utilizada para a agricultura, que é praticada essencialmente nas encostas localizadas a Este da RNSCMVRSA. As culturas de sequeiro (principalmente Alfarrobeiras, Oliveiras e Amendoeiras) são as mais frequentes, para as quais foram aproveitados os solos de melhor drenagem, fora da cota de inundação pela maré. Na zona sul da Reserva predominam as culturas de regadio.

Aquacultura

A única aquacultura que existe dentro da Reserva está instalada numa zona onde outrora existiam salinas. Aqui são cultivadas duas espécies de peixes, a Dourada (*Sparus aurata*) e o Sargo (*Diplodus sargus*).

Pecuária

A pecuária é uma actividade com alguma expressão em Castro Marim, nomeadamente a exploração de bovinos e, em menor escala, de caprinos. O pastoreio é mais intenso nas zonas de sapal degradado e de salinas, podendo ter algum impacto na flora e na fauna, não só pela destruição do coberto vegetal como na perturbação causada na época de nidificação.

Turismo, recreio e lazer

A RNSCMVRSA situa-se numa região de turismo de massas. O turismo dentro da Reserva não é tão intenso como nas regiões adjacentes a esta (as praias do litoral), mas tem vindo a crescer nos últimos anos. Para tal contribui em grande escala o desenvolvimento do Turismo Ambiental, que tira partido das excelentes condições que esta área proporciona para a observação de aves. Este tipo de turismo, apesar de mais intenso nos meses de Verão, subsiste durante todo o ano, havendo já na região empresas particulares que desenvolvem as suas actividades dentro da RNSCMVRSA. Apesar das vantagens da divulgação dos valores naturais da Reserva, este tipo de turismo poderá ter algum impacto, nomeadamente como fonte de perturbação para as aves durante períodos críticos como as migrações e a nidificação.

III – Enquadramento Estratégico do Turismo de Natureza na Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real De Santo António

1. Princípios Orientadores para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Natureza na RNSCMVRSA

O desenvolvimento e implementação das actividades e serviços do Turismo de Natureza, nas vertentes de alojamento e animação ambiental deverá respeitar os seguintes princípios:

- Ser ecologicamente sustentável por forma a assegurar a manutenção dos processos ecológicos essenciais à biodiversidade;
- Ser culturalmente e socialmente sustentável, por forma a assegurar a sua compatibilidade com a manutenção dos valores culturais e sociais das comunidades residentes e a satisfação dos visitantes;
- Contribuir para o desenvolvimento económico local e para um quadro de equilíbrio da oferta e procura das diferentes modalidades do Turismo de Natureza;
- Contribuir para o planeamento e ordenamento das actividades de Turismo de Natureza, tendo em conta os seguintes factores:
 - Capacidade de carga ambiental,
 - Capacidade de carga social,
 - Capacidade de carga económica.

2. Objectivos genéricos do Enquadramento Estratégico do Turismo de Natureza na RNSCMVRSA

- Implementar os objectivos de criação do Programa Nacional de Turismo de Natureza, consignados na RCM nº 112/98, de 25 de Agosto.
- Promover a implementação integrada e equilibrada de diferentes modalidades do Turismo de Natureza por forma a:
 - Dotar a RNSCMVRSA de uma rede de oferta de alojamento nas modalidades de “Casas de Natureza” e “Turismo em Espaço Rural”;
 - Dotar a RNSCMVRSA de infraestruturas e meios que permitam promover as modalidades de Animação Ambiental, nas suas três vertentes da Animação, Interpretação Ambiental e Desporto de Natureza;
 - Dotar a RNSCMVRSA de uma Carta de Desporto de Natureza.
- Estimular as iniciativas e projectos com interesse para o desenvolvimento do Turismo de Natureza, de acordo com a legislação e requisitos gerais e específicos em vigor.

3. Potencialidades para o Turismo de Natureza

Dada a sua localização numa região eminentemente turística, a RNSCMVRSA recebe durante todo o ano um elevado número (não quantificado) de visitantes nacionais e estrangeiros. Área natural inserida em zona de turismo de massas, a pressão turística faz-se sentir sobretudo no Verão, por visitantes que pretendem complementar umas férias de sol-praia com a descoberta da região envolvente, mas também na "época baixa", dominada pelo "turismo da terceira idade" e por alguns amantes da natureza.

Contudo, o crescente interesse do turismo pelos espaços naturais e a necessidade de conciliar esta actividade com a preservação dos valores naturais e culturais obriga a medidas de enquadramento e ordenamento, de que a Reserva ainda é bastante deficitária.

Acresce referir que a RNSCMVRSA é uma área muito pequena e portanto extremamente sujeita à conjuntura turística da envolvente. Assim, a promoção do turismo sustentável tem de ultrapassar os limites da AP, pois esta por si só não é potenciadora de um fluxo turístico específico.

3.1. Enquadramento nas principais potencialidades e características da RNSCMVRSA

Objectivo: Identificação dos principais aspectos a serem desenvolvidos em termos de Turismo de Natureza.

Compatibilizar a prática do Turismo de Natureza com a preservação dos valores da Reserva Natural, e qualificar essa mesma prática, passa necessariamente por um trabalho conjunto da AP com as entidades locais, públicas e privadas, por forma a pôr de pé o seguinte conjunto de medidas e acções (sem prejuízo de outras):

- Definição das áreas passíveis de visita, respectiva capacidade de carga, modalidade de visita, época, etc.
- definição de uma rede de percursos de visita, na observância do atrás exposto (em fase de implementação),
- conservação e valorização do património construído (seleccionando-se os edifícios a musealizar com base em critérios de estado de conservação, localização e interesse patrimonial) e sua articulação com a rede de percursos,
- criação de pontos de atracção em áreas limítrofes (centros informativos ou interpretativos e áreas de recreio e lazer), articulados com os percursos de visita, que sensibilizem para a riqueza dos valores naturais e culturais da AP, sem canalizar fluxos de visitantes para as áreas sensíveis,
- sinalização da AP (em fase de implementação),
- limpeza dos lixos e entulhos que surgem um pouco por toda a Reserva,
- criação de meios de acompanhamento de visitantes.

Esse esforço permitirá qualificar a visita e as principais potencialidades turísticas da Reserva:

Potencialidades Paisagísticas

Os terrenos da RNSCMVRSA constituem uma dos mais bem preservadas paisagens algarvias, não tendo sofrido as profundas alterações que se fizeram sentir um pouco

por toda a costa da região. Por se tratar de uma zona húmida com uma extensão considerável, o valor paisagístico que apresenta é muitíssimo elevado, e talvez uma das maiores riquezas da Reserva. Os extensos sapais, as salinas, os alfarrobais e o próprio Rio Guadiana convidam ao passeio e descanso, oferecendo por isso condições excelentes para o desenvolvimento do Turismo de Natureza. À beleza da paisagem alia-se a facilidade em contemplar as espécies animais, em particular as aves, que aqui ocorrem.

Apesar do elevado potencial para este tipo de actividade, há que ter em conta o acentuado estado de degradação de alguns pontos. Este é devido essencialmente à deposição de entulho, ao estado de ruína do património arquitectónico tradicional (como os armazéns de sal, os moinhos de maré e os fornos de cal ou de telhas) e ao baixo valor estético de construções como alguns pombais localizados junto às salinas tradicionais.

Potencialidades Naturais

A RNSCMVRSa, enquanto Zona Húmida de importância internacional, apresenta enormes potencialidades para o Turismo de Natureza, oferecendo condições únicas para a observação de aves. A importância dos valores em presença permitem-lhe ultrapassar a simples condição de observação da natureza e constituir-se como um possível destino de turismo científico que poderia ser aproveitado por estudantes e investigadores.

A este propósito seria interessante iniciar nesta Área Protegida um programa de intercâmbio científico com Universidades Europeias, facultando às instituições universitárias uma área de investigação e de ensino de reconhecido interesse para o estudo das zonas húmidas e fenómenos migratórios. Neste quadro, a RNSCMVRSa beneficiaria de um conhecimento aprofundado, e em constante actualização, sobre a sua área de gestão, fornecendo um contributo activo no campo da investigação e da política conservacionista europeia e internacional, e retirando um capital de prestígio com evidentes repercussões sobre a própria região em que se encontra inserida.

Este protocolo de intercâmbio deveria obedecer a um calendário de visitas e programas de estudos, onde a Reserva se comprometeria a fornecer alojamentos (criação de Centros de Acolhimento destinados a jovens e universitários e pequenas instalações laboratoriais), e as Universidades a suportarem as deslocações e os custos (numa percentagem a definir) de uma publicação bilingue anual ou bianual relativa aos trabalhos desenvolvidos.

Potencialidades Culturais

A importância de Castro Marim como lugar de confluência de culturas e civilizações, é amplamente atestada pelo património construído existente e ainda pelos trabalhos de investigação histórico-arqueológica.

O Castelo de Castro Marim, que data do século XIII e o Forte de S. Sebastião, já do século XVII, são testemunhos dos tempos em que Castro Marim era a mais importante praça de guerra do Algarve.

Um pouco por toda a área da Reserva podem ainda ser encontrados registos de actividades tradicionais hoje já praticamente extintas: fornos de cal e de telhas, moinhos de maré e de vento. Infelizmente, destes restam apenas ruínas em precário estado de conservação. Os armazéns de sal, apesar de bastante degradados, sobrevivem ainda à passagem do tempo.

De um ponto de vista etno-paisagístico, o património construído ligado às actividades económicas tradicionais constitui um exemplo da relação harmoniosa que é possível manter entre o Homem e a Natureza.

A promoção da utilização sustentável das zonas húmidas é fundamental num sistema de sapal e salinas bastante intervencionado e dependente das actividades humanas, dada a sua vulnerabilidade e a importância que a salicultura e agricultura tradicionais têm para a população local. Essas actividades podem ter valor económico, social, paisagístico ou recreativo. O caso da RNSCMVRSA é assim bastante singular, pois os valores naturais da área assentam grandemente nas actividades humanas levadas a cabo em terrenos privados.

3.2.. Estruturas da RNSCMVRSA

Estruturas de Apoio	Localização
Sede e Centro de Informação e Interpretação	Sapal de Venta Moinhos (Castro Marim)
Casas de Natureza (2)	Sapal de Venta Moinhos
Parque de Merendas (1)	Sapal de Venta Moinhos
Rede de Percursos Pedestres (4) (implementação em curso)	Reserva (3) e Mata Nacional das Dunas Litorais de VRSA (1)

Merece-nos referência especial a nova Sede e Centro de Informação e Interpretação da RNSCMVRSA, que dispõe de um amplo edifício destinado ao público: um auditório (80 lugares), um ponto de recepção e vendas, um bar, biblioteca, duas salas de exposição, encontrando-se já razoavelmente equipado para a prossecução das actividades de interpretação e educação ambiental.

Na envolvente do edifício o visitante dispõe de um percurso interpretativo (em implementação), um parque de merendas e duas lagoas artificiais onde se observa facilmente a avifauna.

4. Modalidades de Turismo de Natureza na RNSCMVRS

4.1. Alojamento

Aspectos a considerar:

A criação de uma rede de oferta de alojamento turístico deve contemplar os seguintes princípios:

- os projectos de alojamento turístico devem ser concebidos na óptica do desenvolvimento sustentável;
- a localização das actividades e instalações turísticas deverá obedecer a critérios de ordenamento que evitem a pressão em áreas sensíveis, respeitando a capacidades de carga do meio natural, social e económico;
- os projectos deverão contribuir para a preservação, recuperação e valorização dos elementos do património construído existentes, designadamente através do aproveitamento de casas ou outras construções tradicionais, passíveis de integração nas modalidades de alojamento consignadas no DL n.º 47/99, de 16 de Fevereiro, sempre numa óptica de integração com o meio envolvente;
- todos os projectos de alojamento turístico deverão obedecer, criteriosamente, ao enquadramento legal em vigor e estipulado para esta modalidade.

Unidades de alojamento contempladas:

- **Tipologia e definição:**

De acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 2º do decreto-lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro, o Turismo de Natureza compreende os serviços de hospedagem prestados em:

a) Casas de Natureza:

- Casas-abrigo;
- Centros de acolhimento;
- Casas-retiro.

b) Casas e empreendimentos turísticos de turismo em espaço rural – TER (DL 169/97, de 4 de Julho; DR 37/97, de 25 de Setembro).

- **Situação actual:**

Em conformidade com a tipologia das modalidades de alojamento consignadas no Turismo de Natureza, a RNSCMVRS dispõe da seguinte oferta de alojamento turístico:

a) **Casas de Natureza:**

i) Casas-abrigo:

- Seixo (Sapal de Venta Moinhos/Castro Marim),
- Rocha (Sapal de Venta Moinhos/Castro Marim),

OBS: a RNSCMVRSA admite vir a concessionar estas casas, em especial a Casa-Abrigo da Rocha.

ii) Centros de Acolhimento:

- Nenhum

iii) Casas-retiro:

- Nenhuma.

b) Unidades de Turismo em Espaço Rural:

- Nenhum.

Estratégia:

Incentivar a iniciativa privada para o aumento da oferta de Casas de Natureza e TER na AP, privilegiando-se para o efeito a recuperação de património edificado abandonado e a valorização dos montes agrícolas existentes. Atendendo ao imenso património edificado que se encontra ao abandono (armazéns de sal, moinhos, assentos de lavoura, etc.), novas construções fora dos núcleos urbanos não deverão ser apoiadas.

Considera-se ainda que o apoio a projectos relativos à criação de serviços de hospedagem deve ser priorizado nos casos em que ao serviço de hospedagem se encontram associadas actividades de animação ambiental que se encontrem em conformidade com o presente enquadramento estratégico.

4.2. Animação Ambiental

4.2.1. Requisitos gerais:

De acordo com o artº 4º do Decreto Regulamentar nº 18/99 de 27 de Agosto, a prática de actividades de animação ambiental, nas suas diferentes modalidades, deve obedecer aos seguintes requisitos:

- *“Contribuir para a descoberta e fruição dos valores naturais e culturais das AP;*
- *Contribuir para a revitalização e divulgação dos produtos artesanais tradicionais, em particular os produtos de qualidade legalmente reconhecida, e das manifestações sócio-culturais características das AP, bem como do seu meio rural envolvente;*
- *Contribuir para a realização de tarefas ligadas às actividades económicas tradicionais ou à conservação da natureza;*
- *Contribuir para a promoção do recreio e lazer;*
- *Contribuir para a atracção de turistas e visitantes, nacionais e estrangeiros, ou constituir um meio para a ocupação dos seus tempos livres ou para a*

satisfação das necessidades ou expectativas decorrentes da sua permanência na AP;

- *Respeitar as áreas condicionadas ou interditas de acordo com os instrumentos de gestão territorial em vigor e com os diplomas de criação e de reclassificação da AP;*
- *Respeitar as zonas sensíveis ao ruído e à invasão dos seus territórios, bem como as zonas vulneráveis à erosão;*
- *Respeitar as regras e recomendações constantes do código de conduta;*
- *Não estarem próximos de estruturas urbanas ou ambientais degradadas, com excepção das já existentes ou a construir quando se enquadrem num processo de requalificação urbana ou ambiental,*
- *Possuir projecto aprovado pelas entidades competentes para o efeito, quando exigível;*
- *Estar aberto ao público em geral.”*

4.2.3. Animação

Actividades contempladas na RNSCMVRSa:

Gastronomia

A Gastronomia tradicional da zona onde se desenvolve a Reserva está muito ligada aos produtos do mar e, em particular, aos pratos confeccionados à base de atum. A tradição conserveira, cujas raízes remontam, pelo menos, ao período romano, detém igualmente um papel importante no quadro do património cultural da região.

Considera-se que todos os projectos nesta área devem ser apoiados, desde que devidamente controlada, nomeadamente no que concerne à garantia de confecção de produtos de base local e à sua qualidade. De entre os projectos potenciais, considera-se deverem ser priorizados os que apresentam cuidados especiais do ponto de vista ambiental e da defesa do consumidor.

Produtos tradicionais regionais

A comercialização de produtos tradicionais regionais é outra das actividades cujos objectivos se conformam com o presente enquadramento estratégico. Também aqui devem ser priorizados os projectos que, pela sua especificidade, melhor se adequem às preocupações de ordem ambiental que devem prevalecer numa área protegida, como os produtos bio.

A RNSCMVRSa desenvolveu um processo de certificação do sal artesanal, pensando-se que a certificação é a melhor via para qualificar e valorizar economicamente a produção artesanal local.

As artes e ofícios tradicionais da região

Considera-se que o desenvolvimento das artes e ofícios tradicionais da região são actividades a apoiar, devendo ser priorizados projectos que, de um ou outro modo,

prevejam a possibilidade de integração em “redes” de circulação e divulgação, como sejam as feiras regionais ou outros eventos.

Estabelecimentos tradicionais de convívio, de educação e comércio

Considera-se nada haver a opor ao desenvolvimento destas actividades.

Feiras, festas e romarias

Em boa parte dos casos, as feiras, festas e romarias não apresentam um especial interesse enquanto manifestações socio-culturais características da especificidade da área protegida. Considera-se que, a este nível, devem ser apoiadas as manifestações que apresentem, para além de um interesse relevante do ponto de vista da dinamização económica das populações residentes, um carácter de inovação e de especificidade sócio-cultural (tradições da região; actividades económicas específicas da área protegida, como sejam as actividades desenvolvidas na área de influência da AP, etc.).

Rotas temáticas

As rotas temáticas devem ser apoiadas, se os potenciais projectos privilegiarem a divulgação e promoção dos contextos mais representativos da economia, cultura e natureza da área da Reserva, e previrem meios de transporte tradicionais.

Expedições panorâmicas e fotográficas

Estas actividades são, genericamente, de apoiar. No entanto, especial atenção deverá ser dada à necessidade de garantir a inexistência de perturbação da fauna (em particular da avifauna), o que em alguns locais da Reserva assume especial relevância. Assim, a aprovação e apoio de potenciais projectos a este nível carecem de uma identificação rigorosa dos objectivos, meios e locais previstos para a visitação, que devem ser previamente colocados à consideração da AP.

Os passeios a pé, de barco, a cavalo, de bicicletas

Tratando-se, genericamente, de actividades a apoiar, os potenciais projectos exigem, do mesmo modo, uma análise e prévia aprovação por parte da RNSCMVRSa, por forma a garantir que o número de actividades e visitantes não conflituam com determinados valores ambientais. Especial atenção merecem os passeios de barco, devendo circunscrever-se a barcos não motorizados e devendo a AP definir a área navegável para a prossecução desta actividade nos esteiros, época e respectiva capacidade de carga, atendendo à alta sensibilidade ambiental destes biótopos.

Passeios em veículos todo-o-terreno

Considera-se que esta actividade não justifica apoios especiais dentro da área protegida, pelos acréscimos de perturbação que poderá determinar, sobretudo fora das estradas e caminhos de utilização mais frequente.

Jogos Tradicionais

Nada a opor, desde que se garanta que o seu desenvolvimento não ocorre em áreas sensíveis do ponto de vista da conservação da natureza.

Parques de merendas

Os parques de merendas deverão contribuir a gestão dos fluxos turísticos, desviando os visitantes das áreas sensíveis do ponto de vista da conservação da natureza.

Pólos de animação

Os pólos de animação deverão contribuir para a revitalização dos lugares através da recuperação e promoção do seu património cultural e das actividades económicas características da Reserva. Deverão localizar-se em áreas de menor sensibilidade ambiental.

Meios de transporte tradicionais

Genericamente, projectos potenciais neste âmbito deverão ser apoiados.

4.2.4. Interpretação Ambiental

Actividades contempladas na RNSCMVRSa:

- Pólos de recepção,
- Centros de interpretação,
- Percursos interpretativos,
- Núcleos ecomuseológicos,
- Observatórios,
- Iniciativas, projectos ou actividades sem instalações físicas, quer se realizem com carácter periódico, quer com carácter isolado

Genericamente, todas as actividades contempladas na lei têm enquadramento na RNSCMVRSa. Contudo, a interpretação do património da AP não deve ser uma manta de retalhos mas sim um projecto de comunicação bem estruturado. Assim, a RNSCMVRSa deverá dispôr de um programa de interpretação global, que permita fazer o enquadramento dos projectos apresentados por outras entidades, e onde a implementação de determinadas acções que a AP considere relevantes possa ser assegurada por estas (estabelecimento de contratos-programa).

Deverão ser priorizados os projectos que contribuam para a recuperação do património edificado e que assentem em estudos científicos da temática em causa.

4.2.5. Desporto de Natureza

Actividades contempladas na RNSCMVRSa:

Privilegiam-se, por se adequarem aos princípios de Conservação da Natureza subjacentes à criação desta Área Protegida, e permitirem um correcto e optimizado contacto com a natureza, as seguintes actividades:

- Pedestrianismo,

- Orientação,
- BTT (bicicleta todo o terreno),
- Hipismo,

No entanto, consideram-se também passíveis de serem praticados na Reserva, nos termos dos normativos estabelecidos e da Carta de Desporto da Natureza da RNSCMVRSA (a elaborar), as seguintes actividades e serviços de desporto de natureza:

- Canoagem,
- Outros desportos e actividades de lazer cuja prática não se mostre nociva para a conservação da natureza.

5. Formação profissional

A formação profissional é um factor fundamental para a boa prossecução das actividades de animação ambiental, apresentando-se como condição necessária quer para a qualidade do serviço prestado ao visitante, quer para os objectivos de conservação e educação ambiental da AP.

Afigura-se assim do maior interesse a elaboração de um plano de formação específica em turismo sustentável, que deve incluir quer a formação dirigida ao pessoal da RNSCMVRSA e outras instituições com intervenção directa no território, quer às empresas e operadores turísticos, nos seguintes domínios: sensibilização ambiental; energias renováveis; redução e reciclagem dos resíduos; qualidade do ar e da água; desenvolvimento sustentável; património natural e cultural.

6 Criação de micro e pequenas empresas locais

Nos objectivos da implementação de uma política coerente de valorização das potencialidades turísticas da RNSCMVRSA, e como de resto nos informam os próprios objectivos do PNTN (Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, n.º 7, j) e l)), devem ainda considerar-se as seguintes intenções:

- incentivar a criação de micro e pequenas empresas de serviços de alimentação e bebidas e de animação turística, particularmente as iniciativas endógenas que promovam o desenvolvimento local e as relações de proximidade entre as populações e os turistas;
- incentivar o aparecimento de novas profissões e actividades na área do turismo mais aliciantes à fixação de jovens.